

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
CURSO DE PEDAGOGIA**

SARA SANTOS DE SOUZA

**DESIGUALDADE EDUCATIVA E DESIGUALDADE SOCIAL NA ESCOLA DE
EDUCAÇÃO BÁSICA**

GOIÂNIA

2021

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
CURSO DE PEDAGOGIA**

SARA SANTOS DE SOUZA

**DESIGUALDADE EDUCATIVA E DESIGUALDADE SOCIAL NA ESCOLA DE
EDUCAÇÃO BÁSICA**

Monografia apresenta como Trabalho do
Conclusão de Curso de Pedagogia, da Escola
de Formação de Professores e Humanidades,
da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Professora Orientadora: Dra. Elianda Figueiredo Arantes Tiballi

GOIÂNIA

2021

SARA SANTOS DE SOUZA

**DESIGUALDADE EDUCATIVA E DESIGUALDADE SOCIAL NA ESCOLA DE
EDUCAÇÃO BÁSICA**

Apresentação de TCC, na modalidade de Monografia, do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Profa. Orientadora: Dr^a. Elianda Figueiredo Arantes Tiballi.

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()

Apresentação Oral: (até 3,0) _____ ()

Prof./a Convidado/a:

Prof^a Dr^a Daniella Couto Lôbo

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()

Apresentação Oral: (até 3,0) _____ ()

Nota final: _____ ()

Goiânia, ____/____/2021.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço á Deus primeiramente, por todos esses anos de estudos, por ter me sustentado, pela oportunidade de finalizar mais uma etapa de meus estudos.

Aos meus pais, que dedicaram suas vidas para entregar um estudo de digno e todos os incentivos de não desistência, a força, suas orações, conselhos, e muitos momentos de emoções. Sou orgulhosa de ser filha de vocês. Minha mãe que sempre está do meu lado, pegando firme, preocupada e presente em tudo. Meu pai, que com muito suor nas construções de casas, prédios, sobrados e reformas, conseguimos quitar todas as mensalidades.

Minha Orientadora Professora Dr. Elianda Figueiredo Arantes Tiballi, que com toda dificuldade mediante a pandemia, os estudos sendo à distância (EAD), conseguiu com excelência trazer clareza aos meus estudos, e muita paciência comigo nos encontros semanais. Não a conheço, mas pretendo conhecê-la um dia pessoalmente, se Deus nos permitir.

Não posso deixar de citar alguns professores que marcaram minha formação acadêmica, Maria Cristina, Márcia Curado, Frederico Dourado, Renato Barros, e Ráquia Rabelo, aprendi com eles que para ser uma pedagoga não precisa amar crianças e mimá-las, não precisa saber cortar EVA, saber cantar todas as cantigas de roda de cor e que existe variadas formas de ser uma pedagoga que muda o mundo, as pessoas, ser uma pedagoga “humana”, que luta pelos seus direitos e tenha voz ativa.

E para finalizar, ao meu esposo que em tão pouco tempo de casados, mais o menos 2 meses, tem sido paciente, amigo, companheiro e trás calma nos momentos de crise.

“...não deixo de dar graças por vocês, mencionando-os em minhas orações.”

Eféios 1:16.

GRATIDÃO!!!

EPIGRAFE

“Educação não se faz do gabinete. Lá não estão os professores e os alunos. A educação está na relação dialógica entre educadores e educadores, estudantes e estudantes, e educadores e estudantes.”

MIGUEL ARROYO.

DESIGUALDADE EDUCATIVA E DESIGUALDADE SOCIAL NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

RESUMO: O presente trabalho aborda o tema, Desigualdade Educativa e Desigualdade Social na Escola de Educação Básica, discutindo-o a partir de algumas justificativas ideológicas que tentam explicar de que forma se ocorre no processo educativo. Por se tratar de um assunto-problema complexo, que não possui um único fator determinante, a abordagem deste estudo partiu de três concepções: pobreza, políticas, e sócio pedagógica; que procuram explicar as desigualdades educativas e sociais na educação básica. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, para a identificação de autores que trazendo no decorrer da investigação, contribuindo de algum modo com o estudo presente nas desigualdades na educação básicas. Destaco os autores Miguel Arroyo, Tomaz Silva e Pierre Bourdieu, que trouxeram contribuições significativas para que esta investigação fosse possível. O resultado deste estudo encontra-se nesta monografia, na qual apresento as explicações, quase sempre ideológicas, e outras com dados de pesquisa, que justificam as desigualdades educativas e sociais na educação básica. Concluo afirmando que as desigualdades na educação básica reproduzem e produzem um sistema dominante.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdade educativa. Políticas públicas. Ensino Básico.

ABSTRACT: The present work approaches the theme, Educational Inequality and Social Inequality in the School of Basic Education, discussing it from some ideological justifications that try to explain how it happens in the educational process. As it is a complex issue-problem, which does not have a single determining factor, the approach of this study was based on three concepts: poverty, policies, and socio-pedagogical; that seek to explain educational and social inequalities in basic education. The methodology used was the bibliographical research, to identify authors that brought along the investigation, contributing in some way to the study present in the inequalities in basic education. I highlight the authors Miguel Arroyo, Tomaz Silva and Pierre Bourdieu, who brought significant contributions to make this investigation possible. The result of this study is found in this monograph, in which I present the explanations, almost always ideological, and others with research data, which justify the educational and social inequalities in basic education. I conclude by stating that inequalities in basic education reproduce and produce a dominant system.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. DESIGUALDADE EDUCATIVA, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL EDUCACIONAIS.....	12
2. O PAPEL DAS POLÍTICAS NAS DESIGUALDADES EDUCATIVAS....	13
3. PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA DESIGUALDADE EDUCATIVA NO ENSINO BÁSICO.....	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	23

INTRODUÇÃO

Esta monografia tem como tema Desigualdade Educativa e Desigualdade social na Escola de Educação Básica e está sendo apresentada como trabalho de conclusão do curso de Pedagogia na EFPH da PUC Goiás. A pesquisa que deu origem a este trabalho monográfico foi de cunho bibliográfico, e teve como procedimento a busca de produções bibliográficas voltados para temática investigada, tais como livros, teses e artigos, como o objetivo de aprofundamento teórico dos conhecimentos sobre o objeto de investigação.

Com a presente pesquisa pretende-se analisar o discurso pedagógico que explica a desigualdade educativa e desigualdade social na educação básica, uma vez que o pensamento sócio-pedagógico crítico deve ser levado a análise das desigualdades educacionais e sociais, além de determinantes intraescola e intrassistema, envolvendo as políticas públicas.

A pergunta problema inicial que orientou esta pesquisa foi: como se configura a desigualdade social e a desigualdade educativa na escola de Educação Básica? Em razão da pandemia provocada pelo Covid19 o problema de pesquisa teve de ser alterado, porque a pesquisa de campo se tornou inviável.

Portanto, o estudo investigativo que resultou nessa monografia deteve-se no levantamento bibliográfico das pesquisas que fizeram o balanço da produção sobre a desigualdade educativa e social, tendo como objetivo identificar, por meio deste balanço, as teorias e explicações mais presentes no meio educacional na educação básica.

Ressalto aqui o autor Arroyo (2010), que traz em seu artigo as desigualdades e política educacionais, mostrando como as políticas educacionais têm sido instigadas pelas tentativas de corrigir as desigualdades. Pois, ao centrarem-se nas desigualdades intraescolares, as políticas e suas análises se empobrecem, e se enriquecem na medida em que avançam na compreensão dos processos históricos de produção-reprodução das desigualdades sociais. As pesquisas e análises que apontam outras causas mais determinantes, inclusive intrassistema escolar, são ignoradas. Como não

são levadas a sério pesquisas que mostram o papel histórico do próprio sistema, a reprodução das desigualdades, sobretudo, são ignoradas as análises e pesquisas que mostram o peso determinante das desigualdades sociais, regionais, raciais, sobre as desigualdades escolares na formulação de políticas, na sua gestão e avaliação. A repolitização conservadora na sociedade, na política e na formulação e avaliação de políticas fecharam o foco no escolar, ignorando os determinantes sociais, econômicos, ou as desigualdades tão abismais nesses campos como determinantes das desigualdades educacionais. Esse fechar conservador do foco no intraescolar, ignorando as relações educação-sociedade, está levando a gestão de políticas, sua formulação, avaliação e análise a um empobrecimento lamentável.

Alguns autores como Arroyo (2010), Silva (2003), Freire (1996), Ponce (2005), Bourdieu (1997), Tiballi (2003) estão entre os autores que subsidiaram essa pesquisa.

No capítulo I, estão dadas as explicações da Desigualdade educativa pobreza e desigualdade social educacionais, abordando cada uma destas afirmativas. Dando destaque para as desigualdades de acesso e de permanência. Avançando para as desigualdades de aprendizagem, de qualidade dos percursos.

O capítulo II tem um tema abrangente, trazendo pesquisa de índices e dados, tendo um sub-tópico. O tema geral fala do papel das políticas nas desigualdades educacionais, entrando na produção cultural e sua criação de uma educação excludente. O sub-tópico, apresenta índices, porcentagens do desempenho das desigualdades educacionais na educação básica no Brasil, de 2015 a 2019, e 2020 sendo um dos anos de grandes desafios para a sustentação de uma educação de qualidade.

Por fim, o capítulo III que destaca a produção e reprodução da desigualdade educativa no ensino Básico. Destacando o livro de Bourdieu, *A Reprodução* (1977), que analisou o funcionamento do sistema escolar francês, concluindo que a educação em vez de ter uma função transformadora, ela reproduz e reforça as desigualdades sociais.

A conclusão deste estudo investigativo é de que, a exclusão e inclusão, no ensino básico, como os alunos são excluídos, devido seus desiguais, e como incluí-los, trazendo uma consciência crítica e transformadora, com estratégias de inclusão com a autora Tiballi (2003) que destaca em seu artigo, o movimento de uma Escola Inclusiva no Brasil.

1. Desigualdade educativa, pobreza e desigualdade social educacionais.

As desigualdades educativas são reduzidas a capacidades desiguais dos alunos, responsabilizando-os pelas desigualdades escolares. Uma visão com profundas raízes em nossa cultura escolar que se traduz nas avaliações rigorosas de cada aluno, no controle de seu percurso, nos rituais de retenção e reprovação, nas classificações dos alunos: repetentes, lentos, defasados, desacelerados, na média ou abaixo da média.

Assim, tornando desiguais em alfabetização, em escolarização, em acesso e permanência na escola. Mais recentemente desiguais em resultados de aprendizagem, no padrão de qualidade. Ainda está arraigada a visão de que o ser desigual no processo escolar os torna desiguais nos percursos sociais.

Para Arroyo (2010) o pensamento sócio pedagógico crítico das últimas décadas deve ser levado a análises das desigualdades educacionais para além de supostos determinantes intraescola e intrassistema, dizendo que a política vem com seu praticismo de resultados ignorando a profundidade de análises acumuladas nos centros de pesquisa e pós-graduação. A desigualdade educacional para Arroyo é baseado em diversos fatores:

Para os determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais, de gênero, raça, etnia, campo, periferia. Avançando até as determinações dos padrões de poder trabalho, acumulação, concentração-exclusão da terra e da renda. Sabemos mais sobre como esse conjunto de desigualdades históricas condiciona as desigualdades educacionais (ARROYO,2005, p.12).

Nesta visão de Miguel Arroyo, as desigualdades não são das escolas. São apenas lugares aonde os desiguais se mostram desiguais.

Os desiguais em sua qualidade de vida, racial, cultural são destacados como os responsáveis pela desigual qualidade das escolas. Pais analfabetos, poucas condições financeiras, moradia precarizada, pobreza extrema, envolvendo a desigualdade social. Trazendo preconceitos sociais, desqualificando os docentes, desinteressados e irresponsáveis, responsabilizando-os pelos baixos índices de qualidade das escolas.

Portanto, considerando o limite da categoria de desigualdade social para a compreensão do quadro social brasileiro, a categoria pobreza pode proceder a análise das políticas públicas. De acordo com Silva:

A temática da pobreza tem sido objeto de preocupação no campo teórico-conceitual e de intervenção social, verificando-se explicações sobre a emergência, persistência e sua ampliação globalizada. Nesse processo, sua redução ou regulação é considerada necessária para permitir a manutenção do sistema de produção capitalista (SILVA, 2010, p.157).

Segundo Sumiya, no Brasil, o grau de educação de uma pessoa tem relação com a renda. Quanto maior o nível educacional da pessoa maior a sua remuneração. Isso leva muitos jovens a desejar em ingressar no Ensino Superior. Ingressar ao ensino superior não é tão simples assim. E isso não somente pela concorrência na seleção, mas também por conta da desigualdade educacional. Essa desigualdade pode ser percebida no começo da escolarização ou até antes. Estudos mostram que existem diferenças desde os primeiros anos de vida de uma criança: o número de palavras que ela conhece depende do nível socioeconômico da família. Isso mostra a importância de políticas públicas que foquem na primeira infância que é de 0 a 6 anos.

2. O papel das políticas nas desigualdades educativas

Às análises das políticas cabe mostrar que relação política reproduz essas tentativas de responsabilizar os coletivos feitos desiguais por suas desigualdades e pelas da nação e do sistema escolar. A escola se torna reprodutora de um sistema dominante: A escola contribui para esse processo não propriamente através do conteúdo explícito de seu currículo, mas ao espalhar, no seu funcionamento, as relações sociais do local de trabalho. As escolas dirigidas aos trabalhadores subordinados tendem a privilegiar relações sociais nas quais, ao praticar papéis subordinados, os estudantes aprendem a subordinação. (SILVA, 2003, p. 33.)

Os sociólogos Bourdieu e Jean-Claude, desenvolveram uma crítica sobre a educação afastando-se um pouco do pensamento marxista. Propuseram que a reprodução social ocorre por meio da cultura, ocorrendo na reprodução cultural; que pela transmissão da cultura dominante fica garantida a sua hegemonia; que o que tem valor é a cultura dominante, os seus valores, os seus gostos, os seus costumes e os seus hábitos, que passam a ser considerada a “cultura”, desprezando os costumes e valores das classes dominadas, os quais, por sua vez, passam a não ter valor. (SILVA, 2003).

A reprodução cultural atua como educação excludente, eliminando do processo educacional as crianças de famílias menos favorecidas, que não tem como compreender a linguagem e os processos culturais das classes dominantes. Nesse caso, o resultado ocorre da seguinte forma: as crianças das classes dominantes são bem-sucedidas e alcançam um grau mais elevado de escolarização, e das classes dominadas são excluídas da escola ou apenas frequentam até um nível básico da educação. Assim, o governo veio criando tipos de programas para incentivo educacional, aos desfavorecidos e a classe dominante, como: EJA, Bolsa Família e cotas estudantis.

A Educação de Jovens e Adultos – EJA, enquanto modalidade educacional que atende a educandos – trabalhadores, tem como finalidade e objetivos o compromisso com a formação humana e com o acesso à cultura geral, de modo a que os educandos venham a participar política e

produtivamente das relações sociais, com comportamento ético e compromisso político, através do desenvolvimento da autonomia intelectual e moral.

No texto *A educação de jovens e adultos e a promoção da igualdade racial no Brasil*, Joana Célia dos Passos afirma que a EJA se constitui numa política afirmativa e, por isso, pode estar integrando diferentes políticas em ações e programas que tem como finalidades superar as desigualdades sociais, de gênero e da classe. Com o pensamento parecido, Miguel Arroyo chama a atenção sobre os sujeitos da EJA e sua diversidade afirmando que as trajetórias desses jovens e adultos são “trajetórias coletivas de negação de direitos, de exclusão e marginalização; conseqüentemente a EJA tem de se caracterizar como uma política afirmativa de direitos de coletivos sociais, historicamente negados (2005, p. 30).

A EJA é o espaço perfeito e adequado para tratar as questões políticas de promoção da igualdade abrangendo todo público da desigualdade social devido ao seu histórico de enfrentamentos com relação às situações de exclusão social devido ao seu histórico de enfrentamentos com relação às situações de exclusão social, discriminação e injustiça presentes nas trajetórias socioculturais, ambientais e de escolarização. Como registra Paulo Freire na *Pedagogia da Autonomia*, “faz parte igualmente do pensar certa a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia”. (1996, p.39).

A desigualdade educacional e social é evidente no sistema EJA. De acordo com Arroyo:

A visibilidade com que a juventude emerge nas últimas décadas e seu protagonismo não vêm das múltiplas lacunas a que a sociedade os condena. Sua visibilidade vem de sua vulnerabilidade, de sua presença como sujeitos sociais, culturais, vivenciando tempos da vida sobre os quais incidem de maneira peculiar, o desemprego e a falta de horizontes; como vítimas da violência e do extermínio e das múltiplas facetas da opressão e exclusão social (ARROYO, 2005, p.24)

Assim, nesse olhar mais abrangente da juventude as políticas públicas educativas da juventude como EJA, adquirem configurações muito mais

abrangentes. Radicalizam o legítimo direito à educação para todos. Superar a dificuldade de reconhecer que, além de alunos ou jovens evadidos ou excluídos da escola, antes do que portadores de trajetórias escolares truncadas, eles e lãs carregam trajetórias perversas de exclusão social, vivenciam trajetórias de negação dos direitos mais básicos à vida, ao afeto, á alimentação, à moradia, ao trabalho e á sobrevivência.

2.1. Como a desigualdade educativa se manifesta nos índices de desempenho e rendimento escola da educação básica no Brasil.

A desigualdade educacional aprofundou em 57,5% dos municípios brasileiros entre 2015 e 2019, segundo a pesquisa do site UOL (2020). Os dados são de um levantamento feito pelo *Todos pela Educação*, que comparou os resultados do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) entre a média dos grupos de 10% das escolas com maior e com menor desempenho em cada município.

O estudo também analisou os dados das escolas de redes municipais nos anos iniciais do ensino fundamental (1º ano ao 6º ano). As prefeituras são responsáveis pela matrícula de 70% dos 155 milhões de estudantes nessa etapa da educação.

O IDEB é o principal termômetro da educação brasileira e é calculado a cada dois anos pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), órgão do ministério da educação. O indicador é calculado com as notas dos alunos nas provas de matemática e língua portuguesa e as taxas de aprovação escolar.

Um artigo encontrado no Correio Braziliense, tem uma visão de pesquisa mais detalhada da evasão na Educação Básica, incluindo os anos de 2018, 2019 e 2020. “De acordo com o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), que avaliou 79 países em 2018, o Brasil é uma das cinco economias mais desiguais do mundo em relação à educação. A desigualdade socioeconômica do país é a terceira maior do mundo em ciência e leitura; e a quinta, em matemática. Estudantes de maior poder aquisitivo tiveram um resultado de 100 pontos a mais

do que os alunos mais pobres. Realizado por meio de uma prova, o programa é feito pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).” (Educação Básica, 2020).

A cor da pele é um dos principais fatores de desigualdade no país, ao se falar de renda e emprego. O ciclo começa cedo em razão da ausência de políticas educacionais, e se intensifica ao decorrer do ensino básico. De acordo com os últimos dados Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 98% das crianças entre 6 e 14 anos no Brasil estavam matriculados no ensino fundamental. Os índices são praticamente os mesmos se separados por matrículas de brancos, de pretos e de pardos: 98%,98,7% e 97,9%, respectivamente. O acesso equitativo, no entanto, está longe de simbolizar ofertas de oportunidades iguais. (Educação Básico, 2020).

Segundo o Anuário Brasileiro da Educação Básica 2020, da ONG Todos pela Educação, entre os jovens, 58,3% dos pretos e 58,7% dos pardos concluíram o ensino médio até os 19 anos em 2019, ao passo que, entre os brancos, a taxa foi 15 pontos percentuais a mais (75%). As diferenças, na avaliação do líder de Estratégia Política do Todos pela Educação, Lucas HoggerBrrugge, são reflexos da desigualdade fora e dentro das salas de aula. (Educação Básica, 2020).

3. Produção e Reprodução da Desigualdade Educativa no ensino Básico.

O sistema educacional fruto, de um processo histórico, configura-se no bojo das relações sociais e de produção que dividiram e ainda dividem a sociedade em grupos econômicos distintos e, ainda mais estabelece uma relação entre classes sociais antagônicas.

Segundo PONCE (2005) o sistema educacional constituiu-se a partir do momento em que a sociedade se estruturou em classes sociais antagônicas com o fim da chamada sociedade primitiva. Os interesses e as necessidades da classe social dominante passaram a delimitar o campo da Educação na medida em que passou a servir para a dominação social de poucos sobre muitos. O autor referido ao analisar a gênese da escola, entende que esta instituição surgiu a partir do fato de que a dominação militar e política não surtiam mais os efeitos desejados em uma sociedade que se tornava cada vez mais complexa e multifacetada. Sendo assim, a necessidade de se construir um aparato de dominação ideológica e intelectual encontrou, na escola e no sistema educacional em geral, seu ponto de apoio.

A educação assume, portanto, um papel fundamental na manutenção da alienação e da divisão social do trabalho, na medida em que as escolas têm se configurado como um espaço estratégico de convivência social, pautada pela reprodução da dinâmica da sociedade capitalista.

O livro de Pierre Bourdieu A Reprodução (1970), escrito em parceria com Jean-Claude Passeron, analisou o funcionamento do sistema escolar francês e concluiu que, em vez de ter uma função transformadora, ele reproduz e reforça as desigualdades sociais. Quando a criança começa sua aprendizagem formal, segundo os autores, é recebida num ambiente marcado pelo caráter de classe, desde a organização pedagógica até o modo como prepara o futuro dos alunos.

Para construir sua teoria, Bourdieu criou uma série de conceitos, como *habitus e capital cultural*. Todos partem de uma tentativa de superação da dicotomia entre subjetivismo e objetivismo. “Ele acreditava que qualquer uma

dessas tendências, tomada isoladamente, conduz a uma interpretação restrita ou mesmo equivocada da realidade social”, explica Nogueira (2002). A noção de *habitus* procura evitar esse risco. Ela se refere à incorporação de uma determinada estrutura social pelos indivíduos, influenciando em seu modo de sentir, pensar e agir, de tal forma que se inclinam a confirmá-la e reproduzi-la, mesmo que nem sempre de modo consciente.

O Capital Cultural é objetivado em Herança familiar, conjunto de valores implícitos profundamente interiorizados, revelados nas posturas e atitudes e composta pelas características da linguagem e facilidades lingüísticas, práticas culturais (acesso a teatros, museus, etc.) Sendo essa bagagem segundo o autor muito importante para o êxito escolar.

Bourdieu põe em discussão como o Capital Cultural incorporado, o consenso relativo à crença de que gosto e os estilos de vida seriam uma questão de foro íntimo. Para o autor, o gosto seria, ao contrário, o resultado de imbricadas relações de força poderosamente alicerçadas nas instituições transmissoras de cultura da sociedade capitalista.

Para fundamentar essa afirmação, Bourdieu argumenta que essas instituições seriam a família e a escola; seriam elas responsáveis pelas nossas competências culturais ou gostos culturais. A distinção entre esses dois tipos de aprendizado, o familiar e o escolar, refere-se a duas maneiras de adquirir bens da cultura e com eles se habituar. Ou seja, os aprendizados efetuados nos ambientes familiares seriam caracterizados pelo seu desprendimento e invisibilidade, garantindo a seu portador um certo desembaraço na apreensão e apreciação cultural; por sua vez, o aprendizado escolar sistemático seria caracterizado por ser voluntário e consciente, garantindo a seu portador uma familiaridade tardia com a produção cultural.

Na formação de *habitus*, a produção simbólica é resultado das elaborações em áreas como arte, ciência, religião e moral constitui o vetor principal, porque recria as desigualdades de modo indireto, escamoteando hierarquias e constrangimentos. Então, estruturas sociais e agentes individuais se alimentam continuamente numa engrenagem de caráter conservador. Para Bourdieu, todas essas ferramentas de poder são essencialmente arbitrárias, mas

isso não costuma ser percebido. “É necessário que os dominados as percebam como legítimas, justas e dignas de serem utilizadas”, afirma Nogueira (2002, p. 34).

Bourdieu afirma que a escola é um espaço de reprodução de estruturas sociais e de transparência de capitais de uma geração para outra. É nela que o legado econômico da família se transforma em capital cultural. E este, segundo o sociólogo está diretamente relacionado ao desempenho dos alunos na sala de aula. Eles tendem a ser julgados pela quantidade e pela qualidade do conhecimento que já trazem de casa, além de várias “heranças”, como a postura corporal e a habilidade de falar em público. Os próprios estudantes mais pobres acabam encarando a trajetória dos bem-sucedidos como resultante de um esforço recompensado. Uma mostra dos mecanismos de perpetuação da desigualdade está no fato, facilmente verificável, que a frustração com o fracasso escolar leva muitos alunos e suas famílias a investir menos esforços no aprendizado formal, desenhando um círculo que se autoalimentada.

3.1 Exclusão e Inclusão

Parto do entendimento de que o conceito de exclusão social, refere-se a minorias como, negros homossexuais, pessoas com deficiência, pobres, favelados, meninos de rua, catadores de lixo etc. No Brasil, 2.02.25 crianças e adolescentes de 4 a 17 anos estão fora da escola, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2015. A exclusão escolar afeta principalmente menino e meninas vindos de camadas mais vulneráveis da população, já privados de outros direitos constitucionais. Do total fora da escola, 53% vivem em domicílios com renda per capita de ate ½ salário mínimo.

De acordo com Silva (2010), no Brasil se tem um grande contingente populacional que sempre esteve à margem da sociedade; que nunca teve inserção no trabalho formal nem participou da sociabilidade ordinária. “Falar de exclusão social no Brasil seria admitir uma ‘perda virtual de uma condição nunca alcançada” (SPOSATI,1999).

De acordo com Silva:

O entendimento é de que o sistema de produção capitalista, centrado na expropriação e na exploração para garantir a mais valia, e a repartição injusta e desigual da renda nacional entre as

classes sociais são responsáveis pela instituição de um processo excludente, gerador e reproduzidor da pobreza, entendida enquanto fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional, relativo, não podendo ser considerada como mera insuficiência de renda (SILVA, 2010. p.157).

Portanto, o processo excludente é gerado pela produção capitalista centrado no interesse de exploração, criando repartição injusta e desigual na renda e gerando classes diferenciadas sociais. Sendo assim, muitos que são excluídos, são explorados pelo sistema dominante e capitalista, e tendo a maioria que abandonar o ensino básico, para dar a mão de obra, sendo mais barata também, por não terem ensino concluído. Muitos são analfabetos e de grande ignorância no conhecimento de áreas gerais, tornando uma presa mais fácil para a classe dominante.

Assim, criaram programas de Inclusão nas escolas e para os trabalhadores adultos e jovens, como o EJA, que não terminaram o ensino básico no tempo determinado de faixa etária.

Para Tiballi, a Escola Inclusiva, encontra-se nela princípios orientadores, como: respeito às diferenças e igualdade de direitos; cooperação, tolerância e solidariedade; participação social e integração afetiva a todos. Ainda de acordo com Tiballi : “Ao tratar a todos de maneira igual, a escola favorece a aprendizagem daqueles que vivem o *ethos cultural* por ela veiculado, segregando e marginalizando os que apresentam características culturais diferentes (TIBALLI, 2003, p.204).

Afirma Tiballi (2003), que a inclusão e exclusão social não podem ser suficientemente explicados se não vinculadas à desigualdade social que tem na estrutura social de classes a sua sustentação. Inclusão e exclusão desdobram a desigualdade social fundante das sociedades estruturadas em classes sociais.

Entretanto a inclusão é um tema investigado e pensado por muitos autores, pensadores, pesquisadores e muito estudado. Para se estabelecer escola inclusiva, e para que esta cumpra sua função específica e insubstituível não precisamos reinventá-la, basta permitir que as instituições educativas realizem a sua especificidade. Tiballi (2003. p. 207).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre desigualdade social e desigualdade educativa nem sempre é explicitada e suficientemente considerada como condição para a organização pedagógica e as práticas educativas nas escolas de Educação Básica, embora vários autores já tenham explicitado esta relação.

Assim, para a elaboração desta monografia duas categorias de análise precisaram ser explicadas, previamente. A desigualdade social e a desigualdade educativa. Por desigualdade social entende-se que é um conceito sociológico e econômico que designa a diferença entre as classes sociais.

A desigualdade educativa entende-se que: são desigualdades no próprio campo da educação escolar: analfabetismo, baixos níveis de escolarização,

defasagens, evasões, repetências, desigualdades de percursos escolares. Os sistemas nacionais e internacionais de avaliação expõem e confrontam as desigualdades educativas entre coletivos e escolas públicas e privadas... Mostrando, sobretudo, os coletivos sociais, regionais, raciais, do campo, que são excluídos da qualidade de nosso sistema educacional público.

A escola é reprodutora de um sistema dominante: A escola contribui para esse processo não propriamente através de conteúdo explícito de seu currículo, mas ao espelhar o seu funcionamento nas relações sociais de trabalho, estabelecendo distinção de classe e desigualdade nas formas de acesso ao processo de ensino e de aprendizagem. Nas escolas dirigidas aos trabalhadores subordinados os estudantes aprendem a subordinação. Em contraste com estas escolas estão aquelas as escolas dirigidas aos filhos dos escalões superiores da escala ocupacional que tendem a favorecer relações sociais nas quais os estudantes têm a oportunidade de praticar atitudes de comando e autonomia.

Assim, é preciso considerar que há uma relação de reciprocidade entre desigualdade social e desigualdade educativa. As desigualdades sociais promovem as desigualdades educativas e estas reproduzem aquelas.

Portanto, evidencia-se que a educação formal brasileira ainda não contempla os anseios dos grupos menos favorecidos, porque são estes que constituem o grupo dos excluídos dos processos educativos escolares e configuram as estatísticas das desigualdades educativa neste país. Explicitar a dinâmica que perpetua a desigualdade educativa e sua relação com desigualdade social no Brasil foi o propósito desta pesquisa e, deste modo, favorecer o entendimento de que a busca por educação, no Brasil, é uma reivindicação antiga dos grupos menos favorecidos e de todos os que defendem a democratização da educação e da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel G. **Educação de Jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**. In: SOARES, Leôncio; GIONAVETTI, Maria Amélia; 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PONCE, A. **Educação e luta de classes**. (21ª Ed) São Paulo, Cortez, 2005.

SILVA, Maria Ozanira da. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira**, 2010.

NOGUEIRA, Claudio Marques Martins. **A sociologia da educação de Pierre Bourdieu**, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da Silva. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes. **Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ARROYO, Miguel G. **Políticas educacionais e desigualdades: À procura de novos significados**. 2010.

Disponível: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/educação-básica/2020/12/4897221-pandemia-evidenciou-desigualdade-na-educacao-brasileira.html>. Acesso: 20 de maio de 2021.

PASSOS, Joana Célia dos. A educação de Jovens e adultos e a promoção da igualdade racial no Brasil. Disponível em: https://www.ufpe.br/cead/estudosepesquisatextos/joana_celia2.pdf Acesso: 10 de maio de 2021.

Disponível em: <https://www.1.folha.uol.com.br/educação/2020/11/desigualdade-educacional-aumenta-em-58-dosmunicipios-brasileiros.shtml> Acesso: 17 de maio de 2021.

Acessado: YouTube.com/Watch?v=Rh3m8CGV14s

Acesso: 04 de maio de 2021

